

**POSSE DESEMBARGADORAS**  
**19FEV20**  
**PRONUNCIAMENTO**

[Cumprimentos]

Hoje é um dia de celebração para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por estarmos incorporando duas novas desembargadoras, que certamente virão enriquecer esta Casa, tanto pelo mérito pessoal de cada uma, quanto pelo enorme reforço de serenidade e sabedoria que a presença feminina trará à nossa Corte, em um momento em que o Poder Judiciário brasileiro se vê às voltas com pressões de toda ordem, voltadas para um só objetivo: o de nos enfraquecer, de solapar nossa autonomia e ameaçar nossa independência.

Pasmem, prezadas desembargadoras, mas a notícia de destaque sobre o Poder Judiciário, no momento em que vocês tomam posse, é de que membros da mais alta corte do país sofrem ameaças de atos terroristas.

Vejam a que ponto chegamos!

É certo que em nosso dia-a-dia de magistrados, seja nos mais longínquos rincões, seja nas mais ricas metrópoles, estamos sempre sujeitos a variados tipos de pressões, muitas vezes nos exigindo o reforço da segurança pessoal e familiar. Mas creio que jamais chegamos a tal ponto de acirramento, em que as ameaças não pretendem atingir as

peças físicas dos juizes, mas sim o que eles representam para a cidadania.

Ou seja, a ameaça é ao Poder Judiciário e não particularmente a cada um de nós.

Este é um cenário inédito, pois nem mesmo durante os chamados “anos de chumbo”, em que estivemos submetidos a regime de exceção, a sanha contra o Poder Judiciário parece ter chegado tão longe, com ameaças explícitas ou sorrateiras. Podemos enumerar aqui tanto aquelas orquestradas nas ruas, quanto as manifestadas em gabinetes executivos ou, ainda, as engendradas em suspeitos projetos de lei que brotam em comissões parlamentares.

O clima é, sim, de ameaça e não devemos entender como meras “fake news”, como fantasiosas, as notícias que nos chegam – publicadas ou não – sobre iniciativas que buscam nos assediar, nos enfraquecer.

Naturalmente, entretanto, também não podemos nos sentir ameaçados, temerosos, mas manter a postura ativa e serena que deve ser própria da magistratura, pois esta é a única maneira que temos para cumprir nossa missão de julgar com independência e liberdade.

Se o cenário externo não é dos mais animadores, prezadas desembargadoras, senhoras e senhores, posso lhes dizer com segurança que vocês encontrarão aqui em

nosso Tribunal um clima absolutamente propício para exercerem a magistratura de segundo grau com tranquilidade. Vocês poderão – e espero que o façam – não apenas se dedicarem às rotinas próprias do dia-a-dia, mas também se incorporar ao trabalho colaborativo e participativo que temos procurado desenvolver, em conjunto com toda a direção e o corpo de magistrados, para dar a Minas Gerais a primazia de ser um dos melhores, senão o melhor, Judiciário do país, como atestou recentemente o Conselho Nacional de Justiça, nos colocando em destaque em inúmeras ações.

[Aliás, ainda ontem estivemos em Brasília, juntamente com a desembargadora Mariângela Meyer, para receber mais um prêmio do CNJ, pela excelência do trabalho desenvolvido pelo Centro de Reconhecimento da Paternidade, cuja ação estendemos para o interior. ]

Este é o cenário, prezadas desembargadoras, em que vocês se incorporam ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como resultado de uma corrida – que não chega a ser uma maratona – que começou com a indicação de ambas pelo Ministério Público, a feitura da lista tríplice pelo Pleno do Tribunal, culminando com a nomeação pelo governador Romeu Zema,

que, é preciso que se diga, foi muito feliz nas escolhas.

Afinal, caro governador, citando aqui a poetisa Cora Coralina, “quando as coisas ficam ruins, é sinal de que as coisas boas estão por perto”.

As escolhas que Vossa Excelência fez podem ser incluídas nesse conjunto das coisas boas que estão por perto, quando tudo parece ruim.

Sua presença nesta solenidade, aliás, caro governador, nos dá muita alegria e nos deixa honrados, pois é um ato inédito na história recente de nosso Tribunal e nós a entendemos como manifestação de seu respeito pelo Poder Judiciário, respeito que temos testemunhado

quase diariamente, nas tratativas que somos obrigados a fazer, como chefes de Poder.

Aproveito a oportunidade, caro Romeu Zema, para reiterar a Vossa Excelência que o respeito é recíproco e para cumprimentá-lo pelo seu desprendimento como homem público e pelo esforço sobre-humano que tem feito para restaurar a economia e a dignidade de nosso estado. Saiba que Vossa Excelência poderá sempre contar com o Poder Judiciário.

Por fim, caras colegas Paula e Maria Inês, peço-lhes desculpas por ter me estendido talvez em demasia nessas perorações, antes de chegar a este momento, que é o de celebrar a chegada de ambas à magistratura, como



corolário de carreiras bem-sucedidas no Ministério Público.

Já disse da felicidade da escolha do governador pelos nomes de ambas, e digo agora que felicidade maior é a de recebê-las como colegas.

Conheço a desembargadora Paula Cunha e Silva há vinte anos ou mais, desde quando ela, ainda recém-formada, desembarcou em Governador Valadares, depois de rápidas passagens por Belo Horizonte e Aimorés, e lá encontrou-me como juiz titular da Vara Criminal. Logo percebi que ali estava uma profissional com futuro promissor, pela atuação

serena, equilibrada e justa que demonstrava em sua atuação como promotora.

Desde então, ela desenvolveu carreira exitosa no Ministério Público, com atuação em varas criminais e cíveis, na execução penal, juizado especial criminal, infância e juventude, bem como junto à turma recursal do Juizado Especial e, ainda, assumindo a direção da secretaria das promotorias de Governador Valadares. Simultaneamente, investiu na vida acadêmica, adquirindo vasto conhecimento jurídico, que se alia à sua sensibilidade, para nos brindar daqui em diante como excepcional magistrada. Enfim, eu já via nela, quando a

conheci, o perfil de magistrada, que hoje se confirma.

Seja bem-vinda, cara desembargadora Paula, a esta nova missão.

Conheço a desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza há menos tempo, mas tempo suficiente para reconhecer nela e em seu trabalho o DNA da servidora pública inteiramente dedicada às causas sociais mais significativas, seja como Promotora nas comarcas de Janaúba, Jequitinhonha, Itabira e Belo Horizonte, com atuação nas áreas de Direitos Humanos e de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, seja como procuradora de Direitos Difusos e Coletivos e

da Justiça Criminal. A carreira da desembargadora no Ministério Público diz tudo por ela, que chega ao Tribunal com enorme bagagem jurídica e acadêmica e com maturidade para exercer a jurisdição com extrema competência. Não foi por acaso, aliás, que ela obteve a totalidade dos votos dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, no processo que culminou com sua escolha.

Seja bem-vinda, prezada desembargadora Maria Inês.

Encerrando, registro que com as duas empossadas de hoje, já são treze os novos desembargadores que tomaram posse sob

minha Presidência e confesso que, muito embora não me caiba qualquer mérito nas escolhas, me orgulho de ter assinado as atas de posse das cinco desembargadoras e oito desembargadores, pois, sem exceção, todos vieram para fortalecer ainda mais o Poder Judiciário mineiro.

Muito obrigado.